

Lula leva ao Japão os comandantes do Centrão

Situação preocupa Bolsonaro, que teme acordo sobre anistia

Por Gabriela Gallo

Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seguirá sua viagem presidencial no Japão e no Vietnã, em agenda comercial em ambos os países. Na comitiva presidencial, estão os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e os ex-presidentes das Casas, o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Com a proximidade das autoridades durante toda a semana, numa viagem de avião que dura mais de vinte horas, a tendência é que o governo e os líderes do Centrão discutam sobre uma série de temas, dentre eles, o PL que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 (PL 2858/2022).

Já sem expectativa quanto à questão jurídica do seu destino, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teme que a presença do comando do Centrão na comitiva de Lula possa vir a se tornar uma articulação para minar as chances políticas do PL da anistia no Congresso, que atualmente aguarda votação na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Interesses conflitantes

Ao Correio da Manhã, o cientista político Felipe Rodrigues avalia que o PL da Anistia é um tema sensível ao Centrão, visto que, como o Centrão “opera com pragmatismo e cálculo político constante”, as principais lideranças “mantêm relacionamentos tanto com o



Presidentes e ex-presidentes do Congresso viajaram com Lula para o Japão

governo quanto com a oposição, buscando maximizar seu capital político”.

“O PL da Anistia é particularmente delicado porque envolve interesses conflitantes: de um lado, a base mais ideológica do PT e aliados resistem firmemente a qualquer forma de anistia; de outro, uma parcela significativa do Centrão vê benefícios em atender parcialmente às demandas bolsonaristas, mantendo pontes com esse eleitorado”, ponderou Rodrigues.

Com isso, um acordo entre governo e parlamentares do Centrão sobre o tema não deve acontecer tão cedo, tampouco a votação do projeto. O mais provável é se obter um adiamento. “Apesar de ser uma pauta prioritária da oposição, creio ser improvável que [Hugo] Motta decida agora sobre a anistia, penso que ele tende a evitar uma decisão rápida, até porque quanto mais próximo do período eleitoral, mais pressão have-

rá e mais benefício pode haver. É importante lembrar que uma decisão judicial sobre Bolsonaro se avizinha, o que pode pressionar mais ainda a questão da anistia no médio prazo”, ele completou.

Penas

Um dos argumentos adotados por parlamentares do Centrão diz respeito ao tempo de prisão aos condenados, determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com penas que variam de 14 a 17 anos de cadeia. Os congressistas do Centrão afirmam que os envolvidos nos atos antidemocráticos precisam ser responsabilizados pelos atos, mas consideram a pena aplicada pela Suprema Corte desproporcional aos feitos.

O próprio Hugo Motta já declarou em entrevistas que, apesar de reconhecer que os atos de depredação contra as sedes dos três poderes foi uma “agressão às instituições” promovida

por “vândalos”, os atos não poderiam ser classificados como tentativa de golpe de Estado.

“O que aconteceu não pode ser admitido novamente, foi uma agressão às instituições. Agora, querer dizer que foi um golpe... Golpe tem que ter um líder, uma pessoa estimulando, tem que ter apoio de outras instituições interessadas, e não teve isso”, declarou em entrevista a uma rádio de João Pessoa (PB), em fevereiro.

Com isso, o cientista político Felipe Rodrigues avalia que a manifestação de Hugo Motta indica que “pode haver espaço para uma solução intermediária que não anistie completamente os envolvidos, mas que revise as punições”.

“É improvável que o governo Lula assuma uma posição favorável a qualquer forma de anistia ou revisão de penas. No entanto, nos bastidores, poderia aceitar uma proposta que revise as penas mais severas”.

Governo tenta melhorar expectativa sobre inflação

Por Karoline Cavalcante

O Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (24) pelo Banco Central, trouxe novas projeções sobre a inflação para os próximos anos. Pela segunda vez consecutiva, analistas de mercado consultados pela autarquia revisaram para baixo a estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2025. A expectativa passou de 5,66% na semana anterior para 5,65%, embora os números ainda permaneçam bem acima da meta fiscal estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A meta para este ano é de 3,00%, com uma margem de tolerância de 1,50 ponto percentual para mais ou para menos, o que significa que o índice não deve ultrapassar 4,50% para ser considerado dentro do esperado. No entanto, as projeções para o ano seguinte também estão acima dos valores almejados.

Embora o índice esperado para 2026 esteja mais próximo da meta, também está acima dela. Pela segunda vez, houve uma alta nas projeções: de 4,48% para 4,50%. Já para 2027, a expectativa de inflação ficou estável em 4%, repetindo o número das últimas cinco semanas. Em 2028, a projeção se manteve em 3,78%.

Na avaliação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a



Haddad espera que inflação “surprenda positivamente”

inflação deste ano pode “surprender positivamente”. Entre os fatores que podem contribuir para esse cenário, estão a supersafra prevista, o comportamento do câmbio e o cenário geopolítico brasileiro, que, segundo ele, pode se apresentar de forma mais favorável do que as projeções indicam.

“Penso que estaremos numa situação talvez um pouquinho mais confortável na comparação com o ano passado. Não acredito que vai ser fácil nenhum cenário macroeconômico externo, mas na comparação com o ano passado, eu penso que vai ser um pouquinho me-

lhor. E isso pode ajudar tanto na inflação quanto no trabalho do Banco Central”, disse Haddad, durante seminário promovido pelo jornal Valor Econômico, em São Paulo.

Selic

No mesmo evento, o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, sugeriu que o Banco Central estude a possibilidade de excluir o preço de alimentos e energia do cálculo para definir a taxa básica de juros, a Selic. A proposta faz referência ao procedimento

adotado pelo banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED).

“Se eu tenho uma seca muito forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento. E não adianta eu aumentar os juros que não vai fazer chover. Então eu só vou prejudicar a economia”, declarou o Alckmin.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou em um ponto percentual a taxa básica de juros, de 13,25% para 14,25% ao ano. Esse movimento representou o maior patamar alcançado pela Selic desde 2016, quando o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) passou por crise que resultou em seu impeachment.

Cenário inverso

Ao Correio da Manhã, o economista-chefe da Andaluz Investimentos, Alex André, destacou que o governo está tentando transmitir a percepção de queda da inflação, mas, na prática, o cenário é o oposto.

Ele explicou que o mercado vê o crescimento da inflação à medida que o fiscal se afasta de uma situação extremamente pressionada, com gastos sociais cada vez mais elevados, como o aumento do vale-gás.

Além disso, ele observa, há tentativas de reduzir despesas no orçamento, enquanto o governo busca expandir os gastos sociais.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Hugo Motta e a anistia: um pra lá, um pra cá

Os passos de bolero de Hugo Motta

Presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) trata de dançar uma espécie de bolero minimalista com o projeto que anistia suspeitos, acusados e condenados por tentativa de golpe de Estado — cuidadoso, dá um passo pra lá e outro pra cá (dois passos seriam arriscados demais).

Semana passada, entre conversas com políticos favoráveis e contrários

ao projeto, ele sugeriu ao PL, partido de Jair Bolsonaro, a troca do relator da proposta.

Alegou que o atual, Rodrigo Valadares (União-SE), é favorável à anistia, mas teve problemas com o presidente anterior da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o que poderia dificultar votos do Centrão. Avisado, o PL apresentou três nomes, entre eles, o de Alfredo Gaspar (União-AL).

Goleiro

O PL torce por Gaspar porque ele foi do Ministério Público, chegou a ser procurador-geral de Justiça de Alagoas. Na visão dos bolsonaristas, ter um promotor defendendo anistia seria um bom trunfo. Afinal, na maior parte das vezes, o MP joga no ataque, não na defesa.

Lupi na mira

Enquanto Motta não volta — integra a comitiva do presidente Lula na viagem à Ásia —, o PL tenta obter mais votos. Quer agora dar um jeito de botar Bolsonaro para conversar com Carlos Lupi, ministro da Previdência, e manda-chuva do PDT. O partido tem 18 deputados.



Presidente do Republicanos foi atacado por Malafaia

Conversas com Sóstenes e com Marcos Pereira

O bolero de Motta incluiu conversas com o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), e com o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), que virou alvo do pastor bolsonarista Silas Malafaia.

A Sóstenes, sugeriu criar uma nova comissão especial para analisar a anistia, uma repetição do

que fizera em outubro. O líder do PL não gostou da ideia, disse que protelar o tema seria ruim para o partido e para ele, Motta.

Ficou de se reunir com líderes no dia 1º de abril. Se sentir firmeza, apresentará, dois dias depois, o requerimento em que pede a inclusão na pauta da urgência da votação do projeto.

Bola pro lado

Também na semana passada, Motta almoçou com Pereira e com o líder do Republicanos, Giberto Abramo (MG). A coluna apurou que o presidente da Câmara disse que não quer pautar a anistia. Nem ele, nem o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Deixa pra lá

A posição de Motta reflete uma posição majoritária não apenas do Republicanos como também do MDB e PSD. A maioria dos deputados desses partidos votaria a favor da anistia, mas há também entre eles a convicção de que o melhor é deixar o assunto, explosivo, de lado.

Jogo de cintura

Outro que tenta dançar esse bolero é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Foi radicalmente bolsonarista ao defender a anistia no palanque carioca; dias depois, elogiou a urna eletrônica a Justiça Eleitoral e virou alvo da base do ex-presidente.

Futuro

Para um aliado, Tarcísio tenta uma jogada arriscada. Cultiva alguma imagem de moderação por saber que, daqui a pouco, Bolsonaro deverá ser condenado e preso. Poderá alegar que foi fiel até o fim ao ex-presidente e, assim, tentar garantir os votos bolsonaristas.